

QUANDO A FÁBRICA SE CONVERTEU EM SHOPPING CENTER: PATRIMÔNIO E MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DE SOROCABA/SP

WHEN THE FACTORY BECAME A SHOPPING CENTER: HERITAGE AND MEMORY OF WORKERS IN SOROCABA/SP

Carlos Carvalho CAVALHEIRO¹

Resumo: Nas últimas décadas, prédios de antigas fábricas – em sua maioria, tecelagens – têm sido aproveitados para outras funcionalidades. Assim, os patrimônios culturais associados ao trabalho fabril perdem não somente a sua função original, mas, também, como propiciador da construção de uma memória e identidade da classe trabalhadora. Em Sorocaba, cidade do interior paulista, conhecida no passado como “Manchester Paulista”, as construções das antigas tecelagens, em arquitetura inglesa, converteram-se em shopping centers ou hipermercados. O presente artigo procura discorrer sobre o patrimônio cultural dos trabalhadores e como produzir outras articulações para a constituição de uma memória emancipadora da classe operária a partir de estratégias outras que abarcam, inclusive, a constituição de patrimônios imateriais.

Palavras-Chave: Memória Operária; Patrimônio Cultural dos Trabalhadores; História

Abstract: In recent decades, old factory buildings - mostly weaving mills - have been used for other purposes. Thus, the cultural heritage associated with factory work loses not only its original function, but also as a propitiator of the construction of a working class memory and identity. In Sorocaba, a city in the interior of São Paulo state, known in the past as "Manchester Paulista", the buildings of the old weavings, in English architecture, have been converted into shopping malls or hypermarkets. This article seeks to discuss the cultural heritage of the workers and how to produce other articulations for the constitution of an emancipating memory of the working class based on other strategies that encompass, including, the constitution of immaterial heritages.

Keywords: Working Memory; Workers' Cultural Heritage; History

¹ Mestre em Educação pela UFSCar (2017) e Idealizador do Centro de Memória Operária de Sorocaba (CMOS). Email: carlosccavalheiro@gmail.com.

Introdução

Lembrar é um ato humano. A aparência de obviedade dessa curta frase tem por objetivo provocar uma reflexão. Afinal, embora esteja manifesta a verdade nela contida, por outro lado, o descaso com a memória torna patente a necessidade de retornarmos constantemente a essa fonte que nos recompõe do sentido primeiro de nossa vida: reconhecermos em nós o caráter da humanidade.

É nesse sentido o esforço que devemos empreender para que a memória seja ao mesmo tempo uma experiência de vida e de humanidade, ou melhor, de vida humanizada. O historiador Pierre Nora (1993) nos ensina sobre a memória que:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

Ao associarmos a memória a um patrimônio material, concretizando e emprestando um corpo a uma lembrança construída coletivamente (HALBWACHS, 1990), tal monumento se converte em um lugar de memória (NORA, 1993). Porém, é imprescindível entendermos que forças sociais, econômicas e políticas estão em constante embate de interesses para determinar aquilo que se considera como merecedor de ser lembrado ou, então, esquecido.

Não é sem alguma razão, portanto, que Yara Aun Khoury diz que os “documentos, arquivos, bibliotecas e museus, como lugares de memória, registram e preservam quase que exclusivamente os feitos de personagens preeminentes na sociedade” (KHOURY, 1991, p. 82).

É o fato de pensarmos, então, que prédios cuja função original se perdeu, possam servir de disputas entre diferentes grupos sociais de maneira a se apropriar de uma memória concretizada num patrimônio material. Afinal, “as disputas simbólicas entre as diferentes classes e grupos lhes seriam inerentes na busca pela construção de versões hegemônicas das experiências histórico-culturais” (NOGUEIRA, 2014, p. 47).

De tal situação, decorre a seguinte inquirição: há como transcender esse polo de passividade na construção de um lugar de memória que favoreça a emancipação dos grupos oprimidos, ou, como qualificou Gonçalves Filho (1991, p. 16), humilhados e desqualificados da vida?

Mais ainda, sendo a vida um direito inalienável, não seria imprescindível garantirmos a todos a experiência de vida decorrente da imersão na convivência com o

passado que lhes fizesse sentido? E, aprofundando a questão, o cerceamento do acesso a esse disparador da memória – que é o patrimônio material – não implicaria na exclusão do “direito à cidade (isto é, do direito a não ser excluído da centralidade e de seu movimento)”? (LEFEBVRE, 1999, p. 135).

Porém, além do direito à cidade, a questão da memória – ou seja, do direito ao passado – perpassa por uma dimensão da cidadania, “em seu sentido pleno, se por esta palavra entendermos a formação, informação e participação múltiplas na construção da cultura, da política, de um espaço e de um tempo coletivos.” (PAOLI, 1992, p. 26). Numa sociedade como a nossa, marcada historicamente pela exploração e exclusão do outro, o exercício da cidadania aparece sempre como algo prejudicado, pois carece de alicerces ainda não construídos.

Entretanto, levando-se em consideração que a História é derivada das ações humanas – e não de um determinismo “sobrenatural” – há de se refletir sobre o papel das classes populares dentro do embate das relações de poder em torno da seleção do que será lembrado e do que será esquecido. Em outras palavras, cabe aqui a reflexão da construção de memórias das classes populares, atinentes à sua existência, visão de mundo e interesses. Memórias essas que, por sua natureza conflitante com as que representam os grupos de poder, terão de ser criadas ou recriadas pelas próprias classes populares.

Sorocaba e seu passado operário

Há algumas poucas décadas a associação do nome da cidade paulista de Sorocaba a Manchester, grande centro fabril inglês, simbolizava um recente passado em que as fábricas de tecido dominavam a paisagem urbana.

Mais do que uma alcunha, “Manchester Paulista” significou para Sorocaba uma indicação, um propósito e um projeto burguês de cidade. Criado no início do século XX, esse epíteto traduziu o imaginário da burguesia local que relacionava o progresso ao desenvolvimento industrial da cidade.

A primeira grande indústria fabril surgiu em 1882 com a fundação da Fábrica Nossa Senhora da Ponte. Essa fábrica foi construída em terreno muito próximo ao centro comercial da época. Hoje, está em plena área central. Nos anos seguintes outras fábricas foram surgindo, seja na área central, seja nos arrabaldes: Fábrica Votorantim e Fábrica Santa Rosália (ambas em 1890), Fábrica Santa Maria (1896), Fábrica Santo Antônio (1914).

Atualmente, depois das crises da indústria têxtil nacional na década de 1990, todas faliram e seus prédios tomaram outras funções. A Fábrica Santa Rosália se tornou um hipermercado e, depois, um “atacadão”.¹ A Fábrica Nossa Senhora da Ponte é hoje um shopping center. A Fábrica Santa Maria foi derrubada para dar lugar a um condomínio de apartamentos.²

É preciso problematizar aqui esta questão. Se durante a época do ufanismo “desenvolvimentista” de Sorocaba, os prédios das fábricas enalteciam o ente imaterial do “trabalho”, em detrimento do sujeito histórico do trabalhador; agora a situação não é diferente, pois a memória do operariado novamente passou por um processo de invisibilização.

Ora, a existência dos prédios das fábricas nunca deu visibilidade para os trabalhadores; alguém pode argumentar com propriedade. De fato, a constituição de uma espécie de “historiografia sorocabana” – pesquisas e textos voltados a dar uma forma para a história local – sempre privilegiou aquilo que comumente foi cunhado como “o ciclo industrial de Sorocaba”. Assim, os trabalhos escritos sobre a história de Sorocaba corroboraram e reforçaram o imaginário da “Manchester Paulista” criado pela burguesia local.

Dentro dessa lógica, criar outra função aos antigos prédios fabris, adequada a uma visão capitalista da sociedade faria mais sentido do que criar uma memória do operariado. Paoli (1992, p. 26) problematiza sobre esse desprezo por uma memória popular ao afirmar que

Pouco importa se neles [nos testemunhos da “história oficial”] não tenha restado nem um traço das servidões que custaram, nem dos conflitos neles inscritos. Afasta-se o sentido da história da memória social ou, em outros termos, aposta-se que não há memória popular e/ou alternativa à do poder que seja suficientemente valiosa (ou documentada) para poder ser recriada. Esta escolha – que tem caracterizado a maior parte das políticas de preservação no Brasil – decreta a insuficiência e até a ilegalidade da memória social ou popular.

No entanto, voltamos à questão exposta acima: como transcender esse polo de passividade na criação dos lugares de memória? Sobretudo, de uma “memória coletiva [que] sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1996, p. 477). E que memórias poderiam suscitar tais prédios / patrimônios?

Na História de Sorocaba, os operários tiveram uma ativa participação nos movimentos reivindicatórios. Esses operários têxteis, por exemplo, se mobilizaram para a realização da Greve Geral de 1917. Nesse episódio, cerca de dez mil operários

participaram da paralisação por melhoria das condições de trabalho e contra a carestia da vida (CAVALHEIRO, 2018).

O movimento grevista iniciou-se na capital paulista e de lá se espalhou pelo interior especialmente por conta da mobilização e articulação entre a União dos Operários em Fábricas de Tecidos de São Paulo com as Ligas Operárias das diversas cidades. É notável, nesse sentido, o direcionamento anarquista e anarcossindicalista desse movimento (CAVALHEIRO, 2009, p. 130 - 140).

A greve de 1917 foi deflagrada em Sorocaba pelos operários da Fábrica Têxtil Nossa Senhora da Ponte, que seguiram imediatamente para a Fábrica Santo Antônio e dessa para a Fábrica de Chapéus, para a Estação Ferroviária e para a Fábrica Santa Maria. Os prédios dessas fábricas poderiam evocar esse passado de lutas dos operários, especialmente nos momentos atuais em que os direitos trabalhistas são atacados pelo capital e tidos como “benefícios” concedidos pelo patronato e não como resultado das lutas operárias.

Assim, emergir memórias que concorram com a versão oficial e hegemônica da história pode favorecer o “despertar da dignidade e o ânimo contra a humilhação” (GONÇALVES FILHO, 1991, p. 17). Além disso, conforme Paoli (1992, p. 27), é necessário trabalho historiográfico comprometido a alimentar outras memórias. Em suas palavras,

A construção de um outro horizonte historiográfico se apoia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos. Ela pressupõe que a tarefa principal a ser contemplada em uma política de preservação e produção de patrimônio coletivo que repouse no reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania, é resgatar estas ações e mesmo suas utopias não realizadas, fazendo-as emergir ao lado da memória do poder e em contestação ao seu triunfalismo.

A problemática que se estabelece aqui é que com o apagamento da memória, agravado na conversão da funcionalidade original do patrimônio fabril, a emersão dessas memórias da luta operária dificilmente pode encontrar um lugar para si. A não ser que surja uma articulação outra que, conscientemente, direcione as ações na produção de uma memória dos trabalhadores com o fito de transcender a passividade.

Afinal, o passado operário da cidade de Sorocaba não pode ser esquecido pelo favorecimento de uma criação que valorize tão somente os ícones da industrialização, quais sejam, os proprietários das indústrias. Esses já garantiram a memória de seus nomes em lugares como monumentos, nomes de logradouros, páginas dos livros de história. Dizendo de outra maneira, “os cidadãos reconhecidos por seus méritos são os

únicos a serem celebrados, em nome de uma “mentalidade histórica e discriminatória” (Bronislaw Baczko)” (POULOT, 2009, pág. 126). Só que, neste caso, os cidadãos adquirem o seu “reconhecimento” social dentro de uma perspectiva burguesa. O trabalho, especialmente aquele que não é intelectual apenas, sofre a discriminação e a desvalorização social.

A produção dessa memória da indústria está sedimentada e incrustada no imaginário coletivo. Resta produzir outras memórias, a dos trabalhadores e de suas lutas. Porém, nesse embate, é preciso buscar alternativa para a produção dessas memórias.

Os meios convencionais utilizados pelos detentores de poder – seja econômico, político ou social – como a construção de monumentos ou o convencimento político para nomeação de ruas ou praças são recursos que estão longe do alcance das classes mais populares. É a historiadora Maria Célia Paoli quem nos ensina que

Ao esconder e silenciar as outras narrativas dos acontecimentos passados e presentes, essa história se torna “oficial”: a história necessária e documentável, em referência à qual o valor de outros projetos e de outras presenças – quando aparecem – são medidos e julgados. A política de patrimônio que daí deriva conserva esta significação ao preservar apenas estes testemunhos (PAOLI, 1992, p. 26).

Precisamos produzir memórias de outras maneiras que não sejam essa, pois, apesar de não ser impossível, a distância real da concretização do uso desses meios produz uma concorrência desleal em favor das classes detentoras de poder. Para cada trabalhador enaltecido em sua luta, centenas de nomes de industriais ofuscam essa homenagem. Em outras palavras: ainda que um monumento ou nome de rua surja para evidenciar a luta operária, os números absurdos de marcos semelhantes já atribuídos aos donos do poder torna irrelevante o que se fez ao operário.

É nesse sentido que Paoli aponta para a necessidade de uma historiografia, aliada a uma política de preservação do patrimônio, ambas comprometidas com a construção de uma dimensão histórica “que deverá ter em mente o quanto o poder desorganizou a posse de um sentido das participações coletivas, destruindo a possibilidade de um espaço público diferenciado” (PAOLI, 1992, p. 27). É, por assim dizer, evidenciar os embates e as tensões nas relações de poder na construção da própria História e, desse modo, permitir a emersão das memórias dos diferentes grupos sociais presentes nesses conflitos. Afinal, de certa forma, é essa a função do historiador, “cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem” (HOBSBAWN, 1995, p. 13).

A produção de outras memórias

É preciso lutar contra a invisibilização. E essa afirmação ganha uma dimensão maior quando se trata de visibilizar o grupo social dos trabalhadores como sujeito histórico. E a produção de memória pode ajudar a criar uma identidade de luta que sirva para o enfrentamento dos avanços do neoliberalismo, aliado aos extremismos de direita, sobre os direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo da história.

Vivemos tempos em que o perigo de existência, em sua plenitude, cai sobre a classe trabalhadora. É necessário, então, (re)agir:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. (BENJAMIN, 1987, p. 224).

Essa articulação histórica do passado é capaz de nos auxiliar na produção de memórias emancipadoras que sirvam de identidade para o enfrentamento ao “perigo [que] ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes como seu instrumento” (BENJAMIN, 1987, p. 224). E precisamos de sujeitos, não de instrumentos.

Mas para produzir essas outras memórias é necessário repensarmos o papel do patrimônio material e a relação que se estabelece entre ele e as pessoas. Afinal, uma construção é apenas um significante em busca de um significado. E esse significado é constantemente construído na relação que se faz entre as pessoas e o lugar.

É dessa relação que emergem as memórias. Mas, como produção humana, é necessário que a produzamos de maneira que se possa reconhecer a humanidade dentro do processo. O historiador francês Dominique Poulot nos ensina que “A história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio” (POULOT, 2009, p. 12). Não seria exagero entendermos como construção do patrimônio não somente o conceito do que é um patrimônio, mas, também, o valor que se atribui a ele enquanto produtor de uma identidade e de uma memória.

Desse modo, é possível que memórias concorrentes estejam presentes em um mesmo lugar. No caso do prédio das fábricas, a memória dos trabalhadores está presente tanto quanto a dos patrões. Difere, nesse caso, a forma como se estabelece uma relação entre o sujeito e o patrimônio.

No entanto, outra problemática surge aqui. A memória é sempre subsidiária e, até mesmo, serve do patrimônio material? É possível despertar e produzir uma memória dissociada de um marco concreto?

Acreditamos que seja possível sim, mas para tanto há uma necessidade de se olhar para os lugares com potencial de memória latente de maneira diferenciada. Com isso, queremos aqui dizer que os lugares de memória não são iguais porque são produzidos de formas diferentes.

A categorização dos lugares de memória é essencial para o entendimento das diferenças existentes entre eles. Sugerimos a aplicação de uma categorização que permitia a análise de cada lugar de memória dentro de sua especificidade. Essa categorização leva em consideração o estado em que se encontra o lugar de memória (ou com potencial de memória), sua intencionalidade e o processo de visibilidade/invisibilidade dos grupos associados a essas memórias (CAVALHEIRO, 2018).

Por outro lado, essa proposta de categorização permite a apreensão dos potenciais de produção de memória dos lugares e, desse modo, aponta para ações que possibilitam transcender a passividade na construção dos lugares de memória (CAVALHEIRO, 2018).

Partindo do conceito criado por Pierre Nora (1993), ampliamos o foco para abarcar não somente os lugares oficialmente criados, e, então, percebermos que todos os grupos sociais podem – e o fazem de fato – produzir memória e relacioná-la a um espaço físico convertendo-a em lugar de memória.

A relação do sujeito com o patrimônio, no entanto, deve se pautar por uma apropriação da história e das memórias produzidas por seu grupo social. De nada adianta a alguém pertencente à classe trabalhadora ter acesso a um lugar de memória de sua classe se ele, sujeito histórico, desconhece a própria história.

Categorias de análise dos lugares de memória

A categorização dos lugares de memória que propusemos se divide em três tipos: Lugares de Memória Invisível, Oculta e Explícitos / Decifráveis (CAVALHEIRO, 2018).

O primeiro trata dos lugares que perderam todos os referenciais de seu passado. Tratam-se, neste caso, dos “marcos que poderiam suscitar alguma memória referente a determinado aspecto de seu passado [mas, que,] já não mais existem” (CAVALHEIRO,

2018, p. 126). São lugares amnésicos porque a memória que nele existia desapareceu. Entretanto, essa memória que deixou de existir pode “ressuscitar”. Ou, então, novas memórias podem surgir ou serem recriadas.

Em abril de 2020 foi demolida a última referência à indústria Bornia, localizada na Avenida São Paulo, em Sorocaba. Tratava-se de uma caixa d’água de 33 metros, uma referência visual à fábrica que estava instalada na altura do número 2700. Surgida na década de 1960, a Irmãos Bornia S/A produzia equipamentos de recauchutagem de pneus e funcionou até o ano de 1993. Nos anos 2000, mudou para a prestação de serviços de usinagem, encerrando suas atividades em 2019.³ Em seu lugar, surgirá um grande supermercado.

Esse é um exemplo do lugar de memória invisível. Afinal, nenhuma referência à antiga fábrica restou. Somente a lembrança de algumas pessoas, talvez antigos trabalhadores, e de quem se acostumou a ver a enorme caixa d’água. Mas essa memória é tão perecível quanto o tempo de vida dessas pessoas.

Porém, é possível produzir marcos da presença dessa fábrica e suscitar a memória dos trabalhadores se ocorrerem algumas ações organizadas e intencionais. Esse aspecto será discutido no próximo tópico.

A segunda categoria é a dos lugares de memória oculta. Entendemos que esses lugares são “os referenciais – como um monumento, por exemplo – que, por descaso, são ocultados por outros equipamentos urbanos como placas de sinalização, instalação de obstáculos permanentes, entre outros” (CAVALHEIRO, 2018, p. 48).

É o caso, por exemplo, da antiga tecelagem Santa Maria, em Sorocaba, cujo prédio foi demolido para dar lugar a um empreendimento imobiliário. Por iniciativa do Ministério Público, parte do conjunto arquitetônico da fábrica – como chaminé e restos de parede – foi “preservado” para dar lugar a um memorial. Anos depois, em 2022, a Prefeitura Municipal finalmente cumpriu o acordo feito com o Ministério Público e instituiu o “Parque Municipal Histórico da Tecelagem”. De acordo com o material de divulgação oficial da Prefeitura,

O espaço público, tombado como patrimônio histórico de Sorocaba, pelo Decreto Municipal nº 22.816/2017, tem como intuito preservar a memória da população sorocabana, já que a cidade abrigou, em meados de 1900, fábricas de grande representatividade da indústria têxtil do Estado de São Paulo, empregando milhares de sorocabanos e promovendo o desenvolvimento do Município, sendo chamada, na época, de Manchester Paulista, em referência à cidade inglesa famosa pela produção de tecidos (CAMPOS, 2022, p. 1).

Como podemos verificar, a memória produzida nesse lugar ainda se restringe à industrialização e não ao operariado. Mesmo citando que “milhares de sorocabanos”

foram empregados nas fábricas têxteis, percebe-se nitidamente a exclusão das palavras “trabalhador” ou “operário”, enquanto a referência à indústria permeia todo o texto em cada linha escrita praticamente. Ademais, a mulher, que compôs a maioria dos trabalhadores dessas fábricas têxteis, continua invisibilizada.

Além disso, o lugar deixa de ter a sua função original devido à demolição quase que total, e perde, também, a sua função de memória da classe trabalhadora.

O espaço abriga uma ampla área verde, além de um ambiente histórico fabril, com um acervo composto por maquinário e arquitetura preservada, e será utilizado, neste primeiro momento, para sediar eventos culturais, como feiras e exposições (CAMPOS, 2022, p. 1).

Então, trata-se de uma área verde – que não se refere à presença dos operários – e o “ambiente histórico fabril” é, na realidade, um amontoado de restos de máquinas que perdem o sentido quando colocadas fora de contexto, como é o caso. A “arquitetura preservada” é na verdade uma pequena parte da edificação da antiga fábrica, com chaminé, e uma espécie de “galpão” construído em tijolos que simulam a arquitetura original.

Esse lugar é de categoria oculta porquanto ainda existe algum referencial sobre sua antiga ocupação e função. Isso não quer dizer que a memória que se construa em torno desse lugar seja favorável à visibilidade dos trabalhadores. Como visto acima, a existência desse marco é disputado, agora, como um referencial à industrialização e não como algo pertencente à história do operariado.

Parece estranho pensar que uma memória esteja dissociada da outra, ou seja, que se possa pensar nas fábricas sem a presença dos operários. Porém, ideologicamente isso já existe. Há estudos que conseguem tratar da “industrialização” sem mencionar o operariado e vice-versa. O texto de divulgação da inauguração do “Parque Municipal Histórico da Tecelagem” é exemplar. Aliás, até a denominação do parque que poderia ser “Histórico dos Tecelões” e não “da Tecelagem”.

A Fábrica Nossa Senhora da Ponte, que se converteu em Shopping Center, também é um exemplo de lugar de memória oculta. O lugar existe, bem como o próprio prédio. No entanto, as referências à fábrica e aos trabalhadores estão ocultadas por uma nova função que não se coaduna com a anterior. O mesmo ocorre com a Fábrica Santa Rosália que hoje abriga um Atacado. É possível até que daqui a alguns anos as pessoas sejam induzidas a acreditar que a arquitetura inglesa, típica das fábricas têxteis, com seus tijolos aparentes, seja própria das construções de supermercados e shopping centers.

A última categoria é a dos lugares de memória explícita e decifrável. Por essa categoria de lugares de memória, “entendem-se aqueles que foram constituídos, no passado, como referenciais da memória e história oficiais e ainda hoje se destacam na paisagem” (CAVALHEIRO, 2018, p. 48).

O fato de haver um interesse “oficial” na preservação desse lugar significa que ele é portador de uma “mensagem” dos grupos detentores de poder, e, portanto, essa mensagem pode ser “decifrada” e decodificada. A preservação de determinado patrimônio sugere uma importância para quem o deseja preservar. Levando-se em consideração que os detentores de poder – econômico, social e político – têm maior acesso às ferramentas dessa preservação (como a fiscalização, a vigilância, a legislação entre outras), é de se esperar que esse lugar preservado transmita uma mensagem de dominação.

Compreender essa mensagem é essencial para transcendermos o estado de passividade diante do dominador / opressor. Um monumento explícito e decifrável em Sorocaba é a estátua de Luiz Matheus Maylasky, chantada em um jardim defronte ao prédio da Estação Ferroviária. Maylasky é tido como o fundador da Estrada de Ferro Sorocabana, sendo o seu maior idealizador.

Nesse monumento, Maylasky está ao lado de um operário que carrega uma picareta em suas mãos. O braço direito de Maylasky aponta para o horizonte – indicando tanto o prédio da Estação quanto, metaforicamente, para um futuro de “progresso” capitalista – enquanto o operário se mantém passivo ao seu lado.

Curiosamente, essa seja talvez a única representação de um operário em um monumento em Sorocaba. Além de seu anonimato, o que o converte em “entidade” e não em uma personalidade histórica, seu posicionamento indica uma quase alienação do que lhe apresenta Maylasky.

Pode-se “decifrar” que a mensagem implícita seja a de que as classes populares, no caso os trabalhadores, não são capazes de alcançar os sonhos das classes dominantes. Essa interpretação não é totalmente gratuita, e, sim, reforçada por outros elementos. Há uma visível oposição entre as duas estátuas: Maylasky carrega uma folha de papel que parece ser o projeto da ferrovia, indicando a ação intelectual de planejamento. O operário carrega uma picareta, símbolo do trabalho braçal. Maylasky aponta para um lado; o operário olha para outro (como se desconhecesse os objetivos do idealizador ou mesmo não conseguisse vislumbrar o projeto em sua plenitude).

A ferrovia, surgida em Sorocaba no ano de 1875, foi um elemento importante para o desenvolvimento econômico da cidade. De outro lado, permitiu a emersão de

uma classe operária consciente de sua organização e da necessidade da luta para a conquista de seus direitos. Os ferroviários tinham contato direto com outras realidades como a da capital paulista e a do porto de Santos. Nesta última, tinham contato com as ideias mais progressistas da luta operária ocorridas no mundo todo. Afinal, no porto de Santos aportavam embarcações vindas de todos os lugares.

Não é de se admirar, portanto, que os ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana tenham participado de praticamente todas as grandes mobilizações, seja na greve de 1901, na de 1917 ou na luta antifascista empreendida na Praça Coronel Fernando Prestes no dia 11 de julho de 1937, quando os integralistas foram expulsos daquele logradouro.

Entretanto, a estátua em homenagem a Maylasky traz um trabalhador passivo e alienado do imaginário de “progresso burguês”, incapaz de entender a construção da “Manchester Paulista”.

Em contraposição, no largo da Estação, há uma placa que praticamente passa ilesa aos olhos dos transeuntes. A indicação da placa traz o seguinte texto: “Patrimônio Cultural Estação Ferroviária Guarino Fernandes dos Santos – Líder Sindical Ferroviário – 1924 – 1987. Lei Estadual nº 1040 de 10 de julho de 1998”. É o caso de um lugar de memória oculta, pois o pedestal ou totem em que está assentada a placa fica em local de desnível considerado para quem passa pela rua, dificultando a sua visualização e a apreensão do seu sentido e informação.

Enquanto a estátua de Maylasky está em um pedestal alto e em destaque, sem obstáculos visuais em seu entorno, em local mais elevado que o nível da rua, a do líder sindical está “escondida” das vistas da maior parte dos transeuntes que passam por aquele logradouro.

Guarino Fernandes dos Santos foi um destacado líder sindical que atuou em diversos momentos da história, incluindo a resistência à ditadura civil-militar imposta ao Brasil a partir de 1964. Escreveu e publicou o livro “Nos bastidores da luta sindical”, no qual conta a sua trajetória de militante do sindicato dos ferroviários.

A homenagem foi justa, nomeando o conjunto arquitetônico e patrimonial da Estação com o nome de um trabalhador sindicalizado. Porém, a falta de uma intervenção no sentido de restauro e preservação desse patrimônio histórico, aliado ao fato de que o monumento citado acima encontra-se em local de difícil visualização, torna inócuo qualquer sentido de produção de uma memória dos trabalhadores ferroviários.

Perceber a categoria de cada um desses lugares de memória certamente auxilia na correção de distorções da História, bem como favorece a reflexão de ações que permitam o uso do patrimônio para fins de produção de narrativas outras que não as produzidas pelos poderes hegemônicos.

Algumas propostas são exequíveis e há certo acúmulo de experiência nessa área do uso do patrimônio em Sorocaba para fins de produção de memórias. O que é necessário frisarmos é que nem sempre a elevação de um “monumento” ou a construção de uma “memória” pelas classes populares ocorre da mesma forma como são produzidos pelas classes mais abastadas.

Uma interessante reflexão nesse sentido é percebermos que um vaso em que se planta uma muda de “Espada de São Jorge” pode ser visto como um monumento à ancestralidade e à tradição africana que agora faz parte das manifestações culturais brasileiras. O sentido para o uso dessa planta extrapola o do simples ornamento e alcança crenças e referências à religiosidade africana ou afro-brasileira (CAVALHEIRO, 2018).

Além do uso intencional de determinadas plantas, as intervenções urbanas como os grafites e pichações em muros, ou a colagem de cartazes e gravuras em “lambe-lambe” também podem se constituir em elementos que, mesmo em curto espaço de tempo, possuem a função idêntica ao de um monumento: o de rememorar e de criar identidades, sobretudo aquelas que possuem o germe da transformação das mentalidades e das ações sociais.

É um monumento também, embora com prazo de validade, de acordo com o interesse de quem o produziu e ao ritmo daquilo que Pierre Nora (1993) chamou de “aceleração da História”, qual seja, “uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio” (NORA, 1993, p. 7).

Importa que vejamos o potencial de possibilidades de memória nesses lugares criados, ainda que inconscientemente, pelas classes populares.

Possibilidades do uso do patrimônio e da produção de memória

É possível, no entanto, produzir lugares de memória e reapropriar-se de patrimônios inserindo neles lembranças produzidas intencionalmente. Ou, ao menos, preservar o patrimônio de maneira que ele carregue a potencialidade do desenvolvimento de memórias e identidades.

Luciano Leite propôs novos usos sociais do patrimônio de maneira a preservá-lo. Por novos usos sociais do patrimônio o pesquisador entende que sejam “aqueles estranhos à função original para a qual o prédio foi projetado, sem considerar como novo a cronologia da ação, ainda que essas utilizações sejam relativamente recentes” (LEITE, 2021, p. 87).

Nesse trabalho, Luciano Leite analisou o uso do conjunto arquitetônico pertencente à antiga Estrada de Ferro Sorocabana, detectando diversos usos sociais como uso cultural por uma OSCIP (Organização Social de Interesse Público); por órgãos oficiais (Museu, Pinacoteca, sede de Secretaria da Cultura), bem como pelo Grupo Manto de Teatro; como residência e com fins educacionais pelo Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

O pesquisador conclui, então, que

Apenas o seu uso, preferencialmente por diferentes agentes sociais e múltiplas propostas, pode garantir a permanência dessas construções às futuras gerações em que pese o desafio a esses grupos de garantir que não se perdesse apenas o que há de “pedra e cal”, mas, também, das representações da memória ferroviária do local (LEITE, 2021, p. 176).

Outro fator de interesse dessa pesquisa para este artigo é o que foi detectado por Leite como sendo “identidades cansadas” (2021, p. 175), quais sejam, as pessoas cujas memórias se sentem impotentes diante da destruição do patrimônio que ajudaram a construir (material e imaterialmente). Essa é uma classe de pessoas com as quais precisamos refletir de modo a recuperar a autoestima e o sentimento do pertencimento. De nada servirá a preservação do patrimônio material – as edificações, por excelência – se ele não estabelecer o diálogo entre o presente e passado, devolvendo a essas pessoas “a relação profunda com a experiência humana”, proporcionando “o estabelecimento de uma posição no mundo acerca de quem sou eu, de onde venho e acerca do que desejo e amo” (GONÇALVES FILHO, 1991, p. 17).

Outra forma de estabelecer memórias concorrentes ou alternativas diante do patrimônio é a ação de intervenção artística urbana. A artista visual Flávia Aguilera tem pautado a sua obra para recuperar lugares de memória das classes trabalhadoras a partir de diversas intervenções. Amparada pelo Centro de Memória Operária de Sorocaba, entidade da qual pertence, mas, sobretudo, por uma vontade própria de usar a sua arte como forma de questionar, Flávia Aguilera realizou diversos desenhos de mulheres operárias do século XIX, imagens essas baseadas em fotografia de época, e colou essas mesmas imagens em forma de “lambe-lambe”⁴ nos arredores da antiga vila operária da Fábrica Santo Antônio, na região central de Sorocaba,

A vila operária desapareceu sem deixar vestígios e a fábrica se tornou um terminal de ônibus urbano. Para demarcar os limites da antiga vila – um lugar de memória invisível, portanto – Flávia Aguilera estabeleceu pontos estratégicos (escolhidos a partir das informações históricas disponíveis como fotografias, relatos e mapas) para, então, realizar a colagem.

Esse trabalho suscitou o questionamento e estimulou a imaginação das pessoas que transitam pelo local, o que resultou, posteriormente, em exposições e instalações, incluindo, como espaço privilegiado, o SESC (Serviço Social do Comércio) de Sorocaba.

Outra ação que tem se mostrado eficaz no estabelecimento da relação entre as pessoas e o patrimônio material, e em consequência, com a memória que ele pode suscitar, são os chamados passeios culturais temáticos. Algumas vezes chamados equivocadamente de “passeios históricos”, essas caminhadas pelos lugares de memória a partir de roteiros pré-determinados e guiados por alguém habilitado para tanto, têm se apresentado como uma solução viável e com interessante aceitação do público.

É importante salientar que esses passeios podem aproveitar todas as categorias de lugares de memória (invisível, oculta, evidente / decifrável) e inserir neles a memória que se pretende como a que mais sentido faz para o grupo que a visita.

Desse modo, um grupo de trabalhadores pode se apropriar da memória operária de seus antepassados a partir da visitação de diferentes cenários em que se desenrolaram as tramas do cotidiano do trabalhador e que deram origem à lembranças diversas.

A participação dos trabalhadores na dissolução do comício integralista, no dia 11 de julho de 1937, por exemplo, pode ser renovada a cada vez em que essa história é contada in loco, independentemente das diversas transformações da paisagem pelas quais sofreu, ao longo dos anos, a Praça Coronel Fernando Prestes.

Esse sentimento de pertença a um grupo social que rejeitou o fascismo na década de 1930 pode estabelecer uma identidade antifascista que permita o enfrentamento hoje das correntes reacionárias que se estabelecem no mundo todo.

Da mesma maneira, esse passeio cultural pode revelar as contradições da relação entre o capital e o trabalho a partir da análise de monumentos como o de Luiz Matheus Maylasky. Ademais, essa atividade permite que os participantes possam dizer de suas experiências e memórias – ainda que estas sejam legadas de seus antepassados – permitindo a sua ampliação e fortalecimento na concorrência com aquelas produzidas pelos grupos hegemônicos.

Como foi dito, a constituição desses passeios pode privilegiar um tema específico – mulheres trabalhadoras, pessoas negras, operários, antifascistas, militantes sociais, etc – atraindo, desse modo, o interesse de quem se relaciona a esses grupos.

Desse modo, aqueles que não se interessam pela história das mulheres, por exemplo, podem não participar do passeio, evitando, assim, descontentamentos com a temática. Por outro lado, as pessoas que voluntariamente participam do passeio são interessadas pelo tema, facilitando sobremaneira o trabalho do guia condutor e tornando a caminhada numa agradável atividade.

Esses condutores do passeio, com destaque, em Sorocaba, para o trabalho de José Rubens Incao, são como modernos “griôs” que conservam com eles uma parte da memória produzida coletivamente. No entanto, se essas memórias não realizarem o exercício da contação, desaparecerão para sempre.

O papel desses contadores / condutores do passeio cultural é de extrema importância e pesa sobre seus ombros o peso imensurável das dores e angústias dos que foram calados pela História. Isso se esse contador / condutor do passeio aceitar o compromisso ético de produzir memórias que concorram com as produzidas pelos grupos hegemônicos de poder. Como bem salientou Walter Benjamin,

...existe um encontro secreto marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está a nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente (BENJAMIN, 1987, p. 223).

Portanto, esses condutores possuem o papel similar ao dos contadores de história das antigas sociedades humanas. Ao pé da fogueira esses contadores ancestrais realizavam a mística de transformar a memória em algo vivo, dando a elas um corpo para que pudessem viver junto àquele grupo de ouvintes. Afinal, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea” (NORA, 1993, p. 13).

Considerações Finais

O patrimônio material pode suscitar a emersão de memórias que possibilitem a experiência de vida e a humanização das relações. O potencial dessa memória despertada, além de fortalecer laços de identidade de grupos sociais (trabalhadores, mulheres, negros, indígenas, imigrantes, etc) promove uma convivência com o passado reconstruído a partir de referenciais de emancipação das classes populares ou oprimidas.

No entanto, o uso social que se tem destinado a diversas edificações tem propiciado o apagamento de memórias desses patrimônios materiais. É necessária, então, a formulação de estratégias que procurem retomar o caminho perdido.

Essas experiências já ocorrem por meio da ocupação dos bens patrimoniais, ajudando-os na preservação, assim como a partir de intervenções artísticas na paisagem urbana e na realização de passeios culturais temáticos.

A par disso, é preciso apropriarmo-nos das categorias de análise dos lugares de memória, de maneira a estabelecer a melhor estratégia para despertar as memórias latentes.

A categorização dos lugares de memória, de acordo com suas especificidades, traz alguma luz para se pensar em como estabelecer uma relação entre o lugar de memória e as pessoas (CAVALHEIRO, 2018).

Por fim, a produção de memórias outras que não as das classes dominantes e hegemônicas, nos permite a experiência da participação e compartilhamento dessas realidades criadas. E a participação é uma necessidade humana, “é o meio pelo qual uma raiz se define no coração de um indivíduo” (GONÇALVES FILHO, 1991, p. 33). Mais do que isso, é o exercício pleno da cidadania porquanto garante um direito fundamental que é o direito ao passado, de se ver reconhecido enquanto sujeito da construção de sua própria História.

O reconhecimento do direito ao passado está, portanto, ligado intrinsecamente ao significado presente da generalização da cidadania por uma sociedade que evitou até agora fazer emergir o conflito e a criatividade como critérios para a consciência de um passado comum. Reconhecimento que aceita os riscos da diversidade, da ambiguidade das lembranças e esquecimentos, e mesmo das deformações variadas das demandas unilaterais (PAOLI, 1992, p. 27).

Essas memórias alternativas, garantidoras do direito ao passado para as classes populares, possuem o importante papel de crítica e subversão das versões “oficiais” ou instituídas (PAOLI, 1992), permitindo a coexistência da diversidade de memórias concorrentes. Emerge aqui, para nós, a lembrança das comemorações da Independência do Brasil na Bahia. A oficialidade ainda preserva o dia 7 de setembro, mas o povo prefere o dia 2 de julho, data em que se comemora a expulsão dos portugueses da Bahia e a consolidação do processo de emancipação brasileira. Nesse caso, o povo celebra a sua memória mais estimada.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAMPOS, Mariana. Prefeitura de Sorocaba inaugura Parque Municipal Histórico da Tecelagem para eventos e exposições culturais. In *SECOM – Agência Sorocaba de Notícias*. Sorocaba: SECOM, 2022. Disponível em: <https://noticias.sorocaba.sp.gov.br/prefeitura-de-sorocaba-inaugura-parque-municipal-historico-da-tecelagem-para/> Acesso em 12 fev 2023.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Tá vindo aquele edifício, moço? Lugares de Memória, produção de invisibilidade e processos educativos na cidade de Sorocaba*. Maringá (PR): A. R. Publisher, 2018.

_____. *Memória Operária*. Sorocaba: Create, 2009.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Memória e Sociedade. In *Revista do Arquivo Municipal. Memória e Ação Cultural*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, v. 200, 1991.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos – o breve século XX – 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KHOURY, Yara Aun. Documentos Orais e Visuais: Organização e Usos coletivos. In *Revista do Arquivo Municipal – nº 200*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1996.

LEITE, Luciano. *Estrada de ferro sorocabana e a reinvenção do passado*. Sorocaba: TCM Comunicação, 2021.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação*. Antíteses, v.7, n.14, Londrina: UEL, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História* (Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História/Departamento de História, PUC-SP), São Paulo, v.10, p.7-28, 1993.

PAOLI, Maria Célia. “Memória, história e cidadania: o direito ao passado”. In: CUNHA, Maria Clementina (Org.). *O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, Prefeitura Municipal de São Paulo/DPH, 1992.

POULOT, Dominique. A memória inspiradora. In: *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII- XIX*. Do monumento aos valores. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

¹ Nome dado a estabelecimentos comerciais, semelhantes aos hipermercados, mas que têm como objetivo principal atender ao consumidor atacadista.

² Na década de 1960 o bairro de Votorantim emancipou-se de Sorocaba, motivo pelo qual não trataremos do destino dado ao prédio daquela fábrica por estar fora do escopo deste artigo.

³ CRUZEIRO DO SUL, 16 abr 2020, p. 15.

⁴ O lambe-lambe é uma técnica artística de intervenção urbana que, às vezes, substitui o grafite ou a pichação. Trata-se de um cartaz ou desenho em papel que é colado à parede, semelhante a forma como se faz com cartazes de propaganda em postes, paredes ou nos outdoors.

Artigo recebido em 13/02/2023

Aceito para publicação em 21/05/2023